

“Twenty years of African Union: Past, present and challenges ahead”

Rui Garrido (Universidade Portucalense)
Mojana Vargas (Universidade Federal da Paraíba)
Yasmine Loza (Universidade Portucalense)

[ENG]

The regional integration in the African continent is widely complex and deep rooted in the pan-Africanist ideal of a United Africa. The regional organisation that emerged in the aftermath of the liberation from colonialism – the Organisation of African Unity – was limited in terms of political integration. With the dawn of the new millennium, the African Union emerged as a more robust and political organisation than its predecessor. The Constitutive Act of the African Union, adopted in July 11 of 2000 and entered into force on May 26 of 2001 marked a new era for African integration process. The first AU's Summit took place in July 2002.

The African Union brings a more complex institutional nature and a more interventionist approach in African affairs. The AU enshrines human rights and peace as core principles of the organisation and aims to foster prosperity for the whole continent. In its early years, the AU was very active in terms of conflict and security issues, bringing a new peace and security architecture for Africa and regional mechanisms for dealing with regional conflicts. The AU's Agency in this regard is measured by the adoption of an AU's Peace and Security Council as well as the consolidation of an African Peace and Security Architecture (APSA). The Union also developed its institutional human rights and justice frameworks, as the AU developed an approach based on key human rights treaties, institutional reforms, and the reshaping of an African Justice Architecture. But political resistance and intolerance across the continent poses real threats to the respect of human rights. The AU also adopted policies and legal instruments that tackle issues in key areas, as development, economic and legal integration, reinforcing its role as a key regional actor in Africa. The recent agreement on the African Continental Free Trade Area (AfCFTA) may leverage Africa's economic development and expand its influence across the globe. In the meantime, Africa still struggles to tackle poverty, human rights abuses, prevalence of political instability, unconstitutional regime changes are some of the issues that delay the promise of a prosperous and united continent. These are some of the issues that African Union must deal with.

This special issue aims to reflect critically on the first twenty years of the African Union and the challenges for African integration process in its different dynamics. What characterises and distinguishes the African Union from another regional organisation in the world? How is the African Union responding to the challenges of a globalised world? Is the African Union a relevant player in the promotion of democracy, peace and stability in Africa? To address these questions, this special issue welcomes contribution for History, International Relations, Political Science, Legal Studies, and other areas of the Scientific Knowledge that reflect critically on the African Union's agency as a key actor for the continent.

Practical information:

1. Articles may be written in English or Portuguese.
2. The first draft of article should be submitted no later than end of October 2024.
3. Authors may use a qualitative, quantitative or mixed methodology.

Critical approaches are encouraged.

4. For publication guidelines, please check *Janus.Net* website, at <https://janusonline.autonoma.pt/en/publication-guidelines/>

4. Articles should be sent directly to Rui Garrido (rgarrido@upt.pt), but it's recommended to include the other guest editors email addresses (mvargas@ccsa.ufpb.br; yas-mine.loza@mail.upt.pt)

[PT]

A integração regional no continente africano é amplamente complexa e está profundamente enraizada no ideal pan-africanista de uma África Unida. A organização regional que surgiu no rescaldo da libertação do colonialismo – a Organização da Unidade Africana – era limitada em termos de integração política. Com o alvorecer do novo milénio, a União Africana emergiu como uma organização política mais robusta que a sua antecessora. O Acto Constitutivo da União Africana, adoptado em 11 de Julho de 2000 e que entrou em vigor em 26 de Maio de 2001, marcou uma nova era para o processo de integração africana. A primeira Cimeira da UA teve lugar em Julho de 2002.

A União Africana traz uma natureza institucional mais complexa e uma abordagem mais intervencionista nos assuntos africanos. A UA consagra os direitos humanos e a paz como princípios fundamentais da organização e visa promover a prosperidade para todo o continente. Nos seus primeiros anos, a UA foi muito activa em termos de conflitos e questões de segurança, trazendo uma nova arquitectura de paz e segurança para África e mecanismos regionais para lidar com conflitos regionais. A Agência da UA a este respeito é medida pela adopção de um Conselho de Paz e Segurança da UA, bem como pela consolidação de uma Arquitectura Africana de Paz e Segurança (APSA).

A União também desenvolveu os seus quadros institucionais de direitos humanos e justiça, à medida que a UA desenvolveu uma abordagem baseada nos principais tratados de direitos humanos, reformas institucionais e na remodelação de uma Arquitectura de Justiça Africana. Mas a resistência política e a intolerância em todo o continente constituem ameaças reais ao respeito dos direitos humanos. A UA também adoptou políticas e instrumentos jurídicos que abordam questões em áreas-chave, como o desenvolvimento, a integração económica e jurídica, reforçando o seu papel como actor regional chave em África. O recente acordo sobre a Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA) pode alavancar o desenvolvimento económico de África e expandir a sua influência em todo o mundo. Entretanto, África ainda luta para combater a pobreza, as violações dos direitos humanos, a prevalência da instabilidade política e as mudanças inconstitucionais de regime são algumas das questões que atrasam a promessa de um continente próspero e unido. Estas são algumas das questões com as quais a União Africana deve lidar.

Este número especial pretende refletir criticamente sobre os primeiros vinte anos da União Africana e os desafios para o processo de integração africana nas suas diferentes dinâmicas. O que caracteriza e distingue a União Africana de outra organização regional no mundo? Como está a União Africana a responder aos desafios de um mundo globalizado? A União Africana é um actor relevante na promoção da democracia, da paz e da estabilidade em África? Para responder a estas questões, esta edição especial acolhe contribuições para a História, Relações Internacionais, Ciência Política, Estudos Jurídicos e outras áreas do Conhecimento Científico que reflectem criticamente sobre a agência da União Africana como um actor-chave para o continente.

Informação relevante:

1. Os artigos podem ser escritos em Português ou Inglês.

2. Os artigos devem ser enviados, via email, até 31 de outubro de 2024.
3. Os autores são encorajados a utilizar metodologias qualitativas, quantitativas ou mistas. São encorajadas as abordagens críticas.
4. Devem obedecer às Normas de Publicação da revista *Janus.Net* (<https://janusonline.autonoma.pt/normas-de-publicacao/>)
4. Os artigos devem ser enviados por email diretamente para os organizadores do dossiê: Rui Garrido (rgarrido@upt.pt) Mojana Vargas (mvargas@ccsa.ufpb.br) e Yasmine Loza (yasmine.loza@mail.upt.pt)